

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Educação
Formação Intercultural para Educadores Indígenas

Ana Clara Nogueira Ferreira

**EDUCAÇÃO ESCOLAR DE ALUNOS INDÍGENAS COM DEFICIÊNCIA: UM
ESTUDO DA ESCOLA INDÍGENA PATAXÓ COROA VERMELHA/BA**

**Belo Horizonte/MG
2021**

Ana Clara Nogueira Ferreira

**EDUCAÇÃO ESCOLAR DE ALUNOS INDÍGENAS COM DEFICIÊNCIA: UM
ESTUDO DA ESCOLA INDÍGENA PATAXÓ COROA VERMELHA/BA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Formação Intercultural para
Educadores Indígenas da Faculdade de
Educação da Universidade Federal de Minas
Gerais como requisito parcial para obtenção
do título de licenciada em Ciências Sociais e
Humanidades.

Orientadora: Professora Dra. Michele Aparecida de Sá

**Belo Horizonte/MG
2021**

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me conceder a vida, pois sem ela eu não estaria aqui para realizar os meus objetivos e sonhos que tenho alcançado e que desejo alcançar. A todos os meus colegas de estudo e aos nossos parentes Pataxó, Xacriabá e Maxakali e a minha turma da CSH - Ciência Sociais e Humanidades. A Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha na pessoa do Diretor Ademario Braz Ferreira e as suas vice-diretora Elizangela e Silvani, que tanto contribuiu para a realização do meu trabalho de conclusão de curso. Aos nossos mestres e mestras, doutores e doutoras, aos nossos professores da UFMG: Célio, Erica, Charles, Juarez, Josiley, Lucinha, Marcos Bortolus, Marina Tavares, Maria Gorete, Pedro Rocha, Shirley, Paulo Maia, Ana Gomes, Pablo, Mateus, Francys e Priscila aos Bolsistas: Vitória, Matheus Machado, aos orientadores: Michele Sá e a coorientadora Rosenete. Aos professores e aos alunos da Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha e do Colégio Estadual Indígena Coroa Vermelha que sempre estiveram presente nos momentos de atividades e pesquisas. Dedico este trabalho à minha família, em especial aos meus pais Ademario Braz Ferreira, Edcleia Gomes Nogueira, aos meus avós Izabel Braz Ferreira, Francisca Nogueira de Sá, João Ferreira Santana, Antônio de Oliveira Gomes, aos meus irmãos Marcos Goivado Ferreira, Alan Nogueira Ferreira, Felipe da Conceição Santana, que tanto me apoiaram nesta caminhada de conclusão deste trabalho. Em especial meus pais Edcléia Gomes Nogueira e Ademario Braz Ferreira, pela compreensão e companheirismo, fontes inspiradoras, que muito admiro. E que despertaram em mim, quando criança, o desejo pela busca do conhecimento, pois foram os mesmos que me levaram a um estabelecimento de ensino pela primeira vez com as suas oralidades. As minhas queridas amigas e colegas de trabalho Professora Rosenete e Vilma Matos, que com muito carinho me ajudou nas pesquisas e leituras de livros, para que esse trabalho apresentasse um corpo teórico qualificado.

E a todos que diretamente ou indiretamente fizeram parte da minha formação acadêmica. **O MEU MUITO OBRIGADO.**

RESUMO

A minha pesquisa visa discutir a educação de alunos indígenas com deficiência na Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha. Assim, o objetivo geral desse estudo foi apresentar como ocorre a inclusão escolar de alunos com deficiência na Escola Indígena de Coroa Vermelha e refletir sobre como deve ser a escolarização desses alunos. Para realização desta pesquisa os dados foram coletados por meio de um questionário aplicado na Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha, onde pude coletar informações sobre a escola, como: número de funcionários, alunos, alunos com deficiência, fundação da escola e sua estrutura física. Foi realizada uma pesquisa com a professora responsável pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE) da Escola e pela sala de recursos multifuncional. Também foi realizada observação no espaço escolar para compreender como os professores lidam com esses alunos em sala de aula, como os colegas os tratam, e se eles são realmente inclusos nas atividades diárias. Os resultados evidenciaram que na Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha atualmente tem 20 alunos público-alvo da Educação Especial e oito alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) matriculados no ensino fundamental e médio. Os alunos passam por atendimentos psicológico, psiquiátrico, neurológico e oftalmológico que o município de Santa Cruz Cabrália-BA oferece por meio da Secretaria de Saúde de acordo cada necessidade. Suas deficiências e necessidades educacionais são: deficiência Intelectual, Autismo, Surdez, Síndrome de Down, Deficiência Física, Deficiência Múltipla, TDAH, Transtorno de aprendizagem e Transtorno de humor. Todos esses alunos recebem atendimentos na sala de recursos multifuncionais dentre outros. Conclui-se o trabalho percebendo que os educadores da escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha necessitam buscar meios e métodos formativos que proporcionem inovação em suas práticas educativas voltadas aos alunos com necessidades educacionais específicas. Pois nem todo material serve para todos. Cada pessoa tem um ritmo de aprendizagem próprio, daí a necessidade dos professores encontrar um auxílio e aprender a trabalhar de maneira colaborativa. Apesar dos avanços que já estão ocorrendo na Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha ainda é expressiva a demanda por algumas propostas específicas relacionadas à vivência inclusiva dentro e fora da sala de aula.

Palavras-chave: Educação Especial; Educação Escolar Indígena; Inclusão Escolar.

SUMÁRIO

Introdução	6
Capítulo 1. Educação Escolar Indígena na Aldeia Coroa Vermelha	10
1.1 Aldeia Coroa Vermelha	10
1.2 Percurso da Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha	11
Capítulo 2. Educação Escolar Indígena e sua interface com a Educação Especial	17
2.1 Interface da Educação Escolar Indígena e Educação Especial nas políticas	17
2.2 Educação de alunos indígenas com deficiência nas pesquisas	18
Capítulo 3. A Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha e a educação de alunos indígenas com deficiência	22
3.1 Apresentação dos alunos público-alvo da educação especial e alunos com transtornos de aprendizagem	22
3.2 Educação de alunos indígenas com deficiência nas pesquisas	26
3.3 Apontamentos sobre a proposta da educação especial para os alunos com deficiência na Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha	31
Considerações finais	32
Referências	34

INTRODUÇÃO

Meu nome é Ana Clara Nogueira Ferreira, sou da etnia Pataxó, moro na aldeia indígena de Coroa Vermelha onde nasci e cresci. Sou filha de Ademario Braz Ferreira (kamassary pataxó) e Edcleia Gomes Nogueira (Lora). Sou neta de João Ferreira Santana (Burí pataxó) conhecido também como Jonga e Izabel Braz Ferreira (Zabelê pataxó) conhecida também como passarinho. Os meus avós maternos são Antonio Gomes de Oliveira e Francisca Nogueira de Sá, venho de uma família de 5 irmãos, 2 mulheres e 3 homens, moro sozinha atualmente. Nasci aos 28 dias do mês de julho de 1998 na Aldeia de Coroa Vermelha – Bahia. Tenho 23 anos de idade, ainda resíduo na Aldeia de Coroa Vermelha, município de Santa Cruz Cabrália– Bahia.

Comecei a estudar com 4 anos de idade como ouvinte, pois ainda não tinha idade de ser matriculada na educação infantil pois só podia matricular com 05 anos de idade. Na Escola Indígena Pataxó de Coroa Vermelha, com meus 7 anos de idade já na primeira série, comecei a participar dos jogos indígenas na escola e na comunidade nos dias festivos na aldeia, dos rituais, pinturas, cantos, danças e brincadeiras. Brincavamos entre nos mesmos coleguinhas pequenos, sempre morei perto da escola uns 5 minutos andando, só que eu e minhas colegas pegávamos um atalho pela ponte do rio e chegavamos mais cedo.

A minha primeira professora foi Ideilde gostava muito dela, depois foi passando o tempo, mudei bastante de professoras, tinha o professor de educação física que é o Pedro e de Patxôhã que era Ajurú, eu e minhas colegas na hora do recreio gostavamos muito de brincar nas matinhas de “esconde esconde”, “polícia e ladrão” e outras brincadeiras. Eu tinha coleguinhas que só ia estudar no dia das aulas de Educação Física porque era o momento de brincar. Eu e minha amigas gostavamos de pensar o que seríamos quando crescer, muitas delas hoje estão casadas e com filhos, algumas nem terminaram o ensino fundamental II.

Eu comecei a ler com 7 anos de idade, na primeira série, sempre fui muito dedicada fazia meus deveres para casa tudo direitinho, minhas médias no ginásio sempre foram boas, nunca tirei nota “vermelha”, nunca fiquei de recuperação e nem fui para o conselho. Os meus professores falam que eu e algumas colegas sempre fomos bem dedicadas apesar de bagunçar um pouquinho. As minhas notas na disciplina de matemática sempre foram ótimas, o meu professor disse que eu tinha facilidade em

aprender matemática, em português minhas notas não eram tão ruins, mas nunca fui muito boa não.

Sempre estudei na Escola Indígena Pataxó de Coroa Vermelha, quando eu terminei o Ensino Fundamenta II, a escola na época em que eu estudava era muito boa porque tinha bastante mata e não era murada, era aberta. Hoje, devido o crescimento da aldeia e a violencia, ter aumentado demais em Coroa Vermelha foi preciso murar a escola e já não tem um terço das árvores que tinha na minha época, a escola mudou muito, e pelo fato também do colégio e da escola serem no mesmo espaço, no caso na mesma área. O Colégio Estadual Indígena de Coroa Vermelha¹ já estava funcionando, então continuei os estudos no Colégio. Não deixei a desejar no Ensino Médio, minhas notas eram boas, só que eu faltei um pouquinho mais do que o previsto, pois quando começa a adolescência vem os namoros, as fugidinhas e então faltava um pouquinho, mas sempre passei direto, sem precisar ir para o conselho ou fazer recuperação

Sempre fui muito esperta, desde mais nova aprendi a “passar troco rápido”, pois eu vendia na praia e precisava saber contar ou fazer conta de somar, eu aprendi a pintar também durante os eventos que tinha na escola, eu olhava os professores pintar e depois treinava em mim mesma, então tanto na escola como na rua sempre fui muito boa com matemática. Já a disciplina de língua portuguesa eu não era muito boa para fazer poemas e redação, eu era péssima. Mas com relação a leitura, eu sempre li muito, pegava alguns livros na biblioteca, pegava ainda mais livro quando as professoras fazia concurso de leitura e quem, fizesse uma leitura boa ganhava um presente, ai que eu me esforçava mesmo.

Conclui o ensino médio em 2015 no Colégio Estadual de Indígena de Coroa Vermelha, em 2016 eu fiz a prova da UFMG e não consegui passar. No ano seguinte, em 2017, fiz a prova novamente e consegui passar, fiquei muito feliz pois meu pai já estudava lá fazia C.V.N (Ciencias da Vida e Natureza), então eu não iria ficar sozinha.

¹ As atividades do Colégio Estadual Indígena de Coroa Vermelha foi iniciada no dia 06 de janeiro de 2010 com atendimento escolar para o Ensino Médio, mas no Díario Oficial está que foi no dia 07 de janeiro do mesmo ano, como extensão do Colégio Frei Henrique. No colégio hoje temos cerca de 400 alunos, isso incluindo os anexos, e 24 professores também incluindo os dos anexos e ainda temos 5 apoios. A gestão é democrática, pois é feita reuniões com a participação da comunidade, lideranças e alunos. O Colégio Estadual Indígena de Coroa Vermelha é continuidade da comunidade, pois as atividades da comunidade é de responsabilidade da unidade escolar. Dentro do Colégio é feito um paralelo entre as culturas dominantes e cultura indígena, onde ambas têm importância na vida da comunidade e dos alunos. O Colégio trabalha os conteúdos universais, priorizando a realidade, cultura e local, com os mais velhos e lideranças, valorizando os conhecimentos tradicionais, metodologias, oficinas, aulas palestras, seminários e pesquisas de campo.

No começo, na primeira vez que eu fui para Belo Horizonte, foi muito difícil porque eu adoeci e chorava bastante com saudades da minha mãe e das minhas amigas. Mas gostei muito das pessoas, fui acolhida e fiz novas amigas. Os professores são atenciosos, e o nosso coordenador é o máximo! Gostei bastante dele, muito estrovertido e eu estou gostando muito de estudar no Fiei e na área que estou fazendo que é Ciência Sociais e Humanidades. Os colegas de turma são bem legais e o melhor e poder conhecer mais sobre as culturas dos meus colegas Xakriabas e Maxakalis, é uma troca de conhecimento super legal e de grande aprendizado, estou amando tudo na Universidade Federal de Minas Gerais.

Atualmente trabalho na Escola Indígena Pataxó de Coroa Vermelha como a gente auxiliar administrativo desde o ano de 2019, mas nos anos anteriores, como 2018, fui professora substituta já dei aulas de matemática, história geografia e fiquei um mês com uma turma de 1ºano e 2 meses com uma turma de 5ºano.

Como professora substituta, trabalhei com as crianças da educação especial e me identifiquei com a nova realidade. Gostei da experiência de conviver com elas e aprender a trabalhar com as diferenças, com as necessidades especiais. A convivência com algumas dessas crianças foi maravilhosa, tive desafios uma vez que era uma experiência nova, porém foi gratificante e de muito aprendizado.

Essa experiência com os alunos da educação especial e o contato com a professora Rosenete que trabalha com esses alunos e desenvolve suas atividades com amor e carinho em ensinar, me motivou ao ponto de pensar a desenvolver o meu percurso na área da educação especial.

A partir deste contexto surgiu o interesse em pesquisar como está sendo o processo de inclusão escolar dos alunos com deficiência da Escola Indígena de Coroa Vermelha. Assim, o objetivo geral desse estudo foi apresentar como ocorre a inclusão escolar de alunos com deficiência na Escola Indígena de Coroa Vermelha e refletir sobre como deve ser a escolarização desses alunos.

Para realizar essa pesquisa coletei informações por meio de um questionário aplicado na Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha, onde pude coletar, número de funcionários, alunos e quando o prédio foi criado e como é dividido, fiz uma pesquisa com a professora Rosenete que é responsável pela sala de recursos educacional e por estar cuidando do atendimento oferecido para os alunos com necessidades especiais, durante a pesquisa entendi melhor a forma que os atendimentos são realizados e como os alunos se comportam durante esses atendimentos, também observei o espaço escolar,

como os professores lidam com esses alunos em sala de aula, como os colegas tratam eles, e se eles são realmente inclusos nas atividades diárias, e também como o prédio escolar foi adaptado para a necessidade desses alunos com deficiência.

O presente trabalho está organizado em três capítulos: no primeiro capítulo eu apresento a história da minha aldeia e conto também um pouco da história do meu povo pataxó, o tamanho do território quantas famílias e habitantes e onde fica localizado. Falo do percurso da escola indígena pataxó coroa vermelha, o ano que foi criada, quantidade de salas, turmas oferecidas para os alunos, como é dividido o prédio escolar e quantidade de funcionários.

No segundo capítulo apresento algumas políticas que discutem a interface da educação escolar indígena com a educação especial no Brasil, como a convenção internacional sobre direitos das pessoas com deficiência 2006, promulgada pelo decreto nº 6.949 de 2009 (Brasil, 2008), a política nacional de educação especial na perspectiva da educação da educação inclusiva (Brasil, 2008), dentre outras políticas. Ainda no segundo capítulo apresento seis estudos de pesquisas bibliográficas, onde podemos identificar a interface da educação especial com a educação escolar indígena no Brasil.

No terceiro capítulo apresento os alunos públicos-alvo da educação especial, quais suas necessidades e atendimentos educacionais oferecidos. No tópico 3.2, conto um pouco do início do atendimento a esses alunos com deficiências e necessidades especiais, quando eles começaram a frequentar a escola indígena pataxó coroa vermelha e ter acompanhamentos dos profissionais e professores na sala de recursos educacionais e como acontece esses atendimentos. E assim concluo o meu trabalho falando sobre alguns apontamentos e propostas que eu acredito que possa melhorar mais na educação especial dos alunos com deficiência da escola indígena pataxó coroa vermelha.

CAPÍTULO I

Educação Escolar Indígena na Aldeia Coroa Vermelha

O presente capítulo apresenta a história da educação escolar na aldeia Coroa Vermelha, principalmente a contexto de criação da Escola Indígena Pataxó Vermelha e sua configuração e estrutura atual.

1.1 Aldeia Coroa Vermelha

Antes, o povo Pataxó era nômade e vivia em grupos, saia em busca de sobrevivência, nas margens dos rios e costa da praia. Maria Pataxó e sua família vieram da Aldeia Barra Velha sem destino e encontraram uma terra que já tinha sido moradia dos seus antepassados, ali novamente se fixavam por tempo.

Essa terra era conhecida pelos portugueses como Terra de Santa Cruz. Por que este nome? Por causa da cruz colocada na Coroa de areia (banco de areia), junto a um recife. Ali foi celebrada a primeira missa no Brasil. O nome de Coroa Vermelha originou-se pelo fato que a coroa de areia, quando o sol está muito quente reflete sobre ela deixando avermelhada. Através desta família foram chegando outras: a família de Manoel Siriri e a de Itambé, daí até os dias atuais foi crescendo a Aldeia Coroa Vermelha.

Em 1973 já tinha grande quantidade de índios Pataxó existente nessa área, que começaram a fazer as suas moradias. Depois foram chegando outros índios e os não índios, onde, foram se casando e se misturando.

O Povo Pataxó usa sua língua, cultura, costumes, religião, festa da aldeia o AWÊ (Amor União Espiritual). O São João, São Pedro, Cosme e Damião e Santo Rei, são outras festas que foram introduzidas depois do contato com os não indígenas.

Hoje somos um povo que vive a beira mar com uma população estimada em aproximadamente 6.000 indígenas e 923 famílias, nosso meio de sustentabilidade é o artesanato, pesca, agricultura, turismo e empregos públicos nos setores da saúde e educação. As nossas armas, que são o puhuy e akuã, ou seja, arco e flecha, o takape, que é a lança, o bajaú é o guarda-flecha, e os adereços, como o masaka, o tupisay, se transformaram em artesanato. O artesanato, a pesca e a agricultura, que tem origem em nossos costumes tradicionais, são nossas principais fontes de renda.

A aldeia coroa vermelha situa-se numa região de intensa movimentação turística, no território do extremo sul da Bahia, município de Santa Cruz Cabrália, entre os km 76

e 79 da BR-367, considerado o palco da invasão dos portugueses em 1500. Ela limita-se ao sul pelo monumento da resistência Pataxó e ao norte pelo rio Mutari.

Essa aldeia Pataxó está distribuída em duas glebas: A e B. A primeira caracteriza-se por ser uma área urbana onde está o conjunto cultural Pataxó e a habitação da maior parte da população; na gleba B, é desenvolvida a agricultura de subsistência e uma pequena parte do território é utilizada para criação de gado. Além disso, há uma parte do território com 827 km de mata que consiste na Reserva da Jaqueira.

Todo o território é formado por 1493 hectares, conquistado a partir da luta pela demarcação na década de 1970. Mas somente em 1990 iniciaram-se os estudos antropológicos realizados pelos grupos de trabalho da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Após o processo de demarcação, ocorrido em 1997, os Pataxó de Coroa Vermelha encontram-se agora em fase de ampliação do seu território por meio da reconquista de outras terras. Como resultado dessa luta pela ampliação do território já existem hoje as comunidades de Juerana, Aroeira e Nova Coroa.

Atualmente, Coroa Vermelha se transformou em um bairro da cidade de Santa Cruz Cabrália. Coroa Vermelha é um bairro desenvolvido, onde se localiza a Aldeia Indígena Pataxó Coroa Vermelha. Estamos em uma luta para garantir a cultura, tradição e costumes do Povo Pataxó.

O contato com os portugueses e outros não indígenas fez com que fossemos atualizando a nossa maneira própria de viver, que não se perdeu toda, pois as nossas raízes ainda existem e estão guardadas em cada um dos mais velhos, que ainda conservam essas tradições. A luta é grande para nós e para continuar conservando a nossa cultura, costumes, tradições, religião, festa e língua, incentivamos as crianças, os jovens e a comunidade através da escola. A escola é parte muito importante nesse trabalho.

1.2 Percurso da Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha

No ano de 1987 foi fundada a primeira escola na Aldeia Indígena Coroa Vermelha e até o ano de 1999 foi a única da comunidade. A estrutura física dessa escola era uma cabana (oca ou kijeme) que funcionava nos três períodos (matutino, vespertino e noturno) no nível de ensino primário em organização de sala multisseriadas (1^a a 2^a e 3^a a 4^a) e a noite (1^a a 4^a) oferecia ensino primário em organização de sala multisseriadas para os adultos.

A escola ficava no terreno do indígena Senhor Joel Máximo, uma liderança da comunidade na época. O mesmo cedeu a cabana para funcionar como sala de aula, e também tinha filhos que estudavam. Naquele tempo só os índios moravam na aldeia, todos participavam. Duas professoras lecionavam na escola Ilza Fernandes e Irene Maria de Jesus, ambas eram funcionárias da FUNAI e vieram do Estado de Minas Gerais para trabalhar com os indígenas Pataxó, pois a sede da FUNAI ficava em Governador Valadares no Estado de Minas Gerais e neste momento histórico as escolas indígenas eram administradas por esta fundação.

As professoras moravam em Governador Valadares e foram removidas para trabalhar com os indígenas Pataxó na Bahia na década de 1980, elas passaram pelas aldeias Boca da Mata e Barra Velha antes de chegar na Aldeia Coroa Vermelha no ano de 1987. Essas professoras não eram indígenas, mas elas respeitavam e participavam de todos os eventos da aldeia. Muitos dos professores hoje e lideranças estudaram na escola antiga e foram alunos dessas professoras. E eles hoje agradecem muito por terem, naquela época, essa cabana como escola. Quando tivemos uma nova oportunidade de uma escola melhor, alguns jovens já estavam com seu estudo muito adiantado. Também nessa época era muito difícil, por não conhecermos nossos próprios direitos à educação diferenciada, para termos um bom estudo.

Apesar de a comunidade chamar a escola de “Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha” na época a escola não era reconhecida como escola indígena. As professoras não indígenas foram substituídas por duas professoras indígenas, Alzira Santana Ferreira e Raimunda de Jesus Matos, recém-formadas em magistério. Elas foram as duas primeiras professoras indígenas contratadas pelo município e assumiram as salas de aula no início do ano letivo de 1996, e foram em busca do reconhecimento da Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha na Secretaria Municipal de Educação de Santa Cruz Cabrália/BA.

Elas conseguiram o reconhecimento da escola e no mesmo ano foi construída pelo município uma escola que era metade de alvenaria e outra a metade de tábua. A escola era composta com duas salas de aula, uma secretaria pequena e uma cozinha. Além de sermos contemplados com uma escola, também foi construído de alvenaria um posto de saúde no ano de 2000. Isso nos fortaleceu muito para que pudéssemos lutar por uma saúde melhor e uma educação diferenciada e de qualidade, administrada pelos próprios indígenas.



Figura 1: Imagem da Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha

Fonte: Acervo: da Escola Indígena Pataxó

No ano de 1996, a Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha iniciou com a sua própria gestão escolar: diretora, secretaria escolar e serviços gerais, pois nos últimos anos, não tinha gestão, só tinha as professoras e as pessoas de apoio, e ela era gestada pelo órgão competente, antes era a FUNAI, pela coordenação escolar e logo depois pelo município, especificamente pela secretaria de educação. Percebemos um grande avanço para educação escolar indígena quando assumimos a gestão escolar.

Em 1.997 a escola funcionava na cabana, que era a primeira sala de aula da aldeia e na escola nova. Foi preciso construir mais salas de tábua para suprir as necessidades da comunidade, pois a cada dia a comunidade crescia e a escola construída, mais a sala antiga, não suportavam a quantidade de alunos que tinha para estudar.

A luta continuou, no ano de 1.999 tivemos que mudar de lugar por causa das obras que o Governo Federal estava fazendo para celebrar os 500 anos do Brasil. O governo federal tirou todas as casas que ficavam próximas a praça do cruzeiro, principalmente a escola e o posto de saúde. O projeto do governo era construir um Parque Histórico no lugar que ficava o centro da aldeia, onde funcionava a escola, posto de saúde, centro de artesanato e o monumento onde se encontrava a cruz simbolizando a II missa celebrada no Brasil e as suas histórias jesuítas.

Tivemos que sair das nossas casas para ser construído o Parque Histórico para a festividade da celebração dos 500 anos de Brasil que aconteceria no dia 22 de abril de 2000. Antes de mudar a escola, o governo tinha construído seis cabanas para serem moradias das pessoas que saíram dos seus lugares por causa das obras. Mudamos a escola para funcionar em três cabanas cedidas pelas lideranças e representantes do governo, pois não poderíamos parar as aulas.

A escola funcionou até o final do ano de 1.999 nas cabanas, onde, duas funcionavam como sala de aula e a outra como diretoria e secretaria. Nesse período a professora indígena Raimunda de Jesus Matos assumiu a direção da própria escola. Mais um avanço e uma conquista para a educação escolar indígena da comunidade indígena de Coroa Vermelha.

Os espaços onde a escola funcionava antes da celebração dos 500 anos foram destruídos para a construção do parque e, no início do ano 2000, mudamos para a escola nova, uma escola que tínhamos sonhado tanto em tê-la. Essa fica localizada nas margens da BR 367 KM 06, dentro do Conjunto Cultural Pataxó (Centro Administrativo) na Aldeia Indígena Pataxó Coroa Vermelha, Município de Santa Cruz Cabrália - Bahia.



Figura 2: Foto panorâmica da Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha
Fonte: Cleyton Ferreira, 2021

Atualmente a escola tem 23 salas de aulas, 06 banheiros, não contém banheiro adaptado, 1 cozinha onde é feita a merenda, 1 quadra esportiva, 1 biblioteca e 1 sala de recursos multifuncional que oferece o Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos alunos com deficiências. A escola possui 05 extensões, são elas:

- Extensão: Escola Indígena Pataxó Nova Coroa;
- Extensão: Escola Indígena Pataxó Txihí Kamayurá;
- Extensão: Escola Indígena Pataxó Agricultura fica 06 km de distância da sede,
- Extensão: Escola Indígena Pataxó Aroeira fica 12 km de distância da sede.
- Escola Indígena Pataxó Araticum fica a 20 Km de distância da sede.

A escola oferece Educação Escolar Indígena - Específica e Diferenciada, o calendário escolar dessa instituição é um calendário diferenciado, organizado pelos gestores, professores da escola e a comunidade escolar, as etapas de ensino oferecida na escola são: Educação Infantil, Ensino Fundamental dos anos iniciais e finais e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Os períodos de funcionamento da escola são matutinos, vespertino e noturno. As turmas são formadas por série, mas nas extensões as salas são multisseriadas.



Figura 3: Salas de aula Educação Infantil
Fonte: Ana Clara, 2021.



Figura 4: Salas de aula Ensino Fundamental I
Fonte: Ana Clara, 2021.



Figura 5: Salas de aula Ensino Fundamental II
Fonte: Ana Clara, 2021.

As disciplinas oferecidas mudam durante o ano/série: na Educação Infantil: linguagem oral e escrita, matemática, natureza e sociedade, artes visuais e música, educação física/movimento, identidade e autonomia e língua Pataxó; Ensino fundamental (1º ao 5º ano): língua portuguesa, matemática, ciências, geografia, história, educação artística, educação física e língua Pataxó; Ensino fundamental (6º ao 9º): língua portuguesa, matemática, ciências, geografia, história, educação artística, educação física, língua estrangeira moderna Inglês e língua Pataxó; Educação de Jovens e Adultos- EJA: língua portuguesa, matemática ciências, geografia, história, educação artística, língua estrangeira moderna inglês e língua Pataxó.

Nessa instituição temos 41 professores, sendo 26 do sexo feminino e 15 do sexo masculino, alguns desses profissionais têm a formação básica e outros já fizeram a superior e outros já estão se especializando. Na escola temos cerca de 1.030 alunos matriculados e estudando, sendo 542 do sexo feminino e 488 do sexo masculino, entre esses alunos temos 22 alunos com deficiência.

CAPÍTULO II

Educação Escolar Indígena e sua interface com a Educação Especial

Este capítulo tem por objetivo apresentar as políticas e os estudos que discutem sobre a interface da Educação Escolar Indígena com a Educação Especial no Brasil.

2.1 – Interface da Educação Escolar Indígena e Educação Especial nas políticas

Por muito tempo a situação da educação de alunos indígenas com deficiência foi esquecida nos textos normativos. A partir da década de 2000, juntamente que a proposta de Educação Inclusiva assumida pelo governo federal, começou a surgir políticas que se debruçaram a garantir o direito à educação para as pessoas indígenas com deficiência. No Brasil temos algumas políticas que tratam especificamente da interface da educação especial com a educação escolar indígena, a seguir apresentaremos cada uma delas.

A Convenção Internacional sobre os Direitos das pessoas com deficiência (2006), promulgada pelo Decreto nº. 6.949 de 2009 (BRASIL, 2009), foi o primeiro documento que apontou preocupações com as difíceis situações enfrentadas por pessoas com deficiência que estão sujeitas a formas múltiplas de discriminação, em virtude de sua cor, sexo, origem nacional étnica, nativas dentre outras. De acordo com Sá e Caiado (2018) a convenção reconheceu que a pessoa com deficiência pode sofrer múltiplas discriminações devido à associação da deficiência a uma origem étnica ou nativa, como a indígena, por exemplo.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), documento norteador das propostas de inclusão escolar, foi o primeiro documento nacional que trouxe em seu texto a presença da Educação Especial em outros contextos. Essa política apresenta que a interface da educação especial na educação indígena, do campo e quilombola deve assegurar que os recursos, serviços, e atendimento educacional especializado estejam presentes nos projetos pedagógicos construídos com base nas diferenças socioculturais desses grupos (BRASIL, 2008, p.19).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Indígena (2013) se configuram como documento importante para as escolas indígenas. As Diretrizes constituem o resultado de um trabalho coletivo, que expressa o compromisso de representantes de diferentes esferas governamentais e não governamentais, com participação marcante de educadores indígenas, envolvidos com a promoção da justiça

social e a defesa dos direitos dos povos indígenas na construção de projetos escolares diferenciados, que contribuam para a afirmação de suas identidades étnicas e sua inserção digna na sociedade brasileira. (BRASIL, 2013, p. 376). E nesse documento exclusivamente destinado à educação escolar indígena também é expresso a importância da Educação Especial estar presente na educação escolar indígena. De acordo com as Diretrizes:

O atendimento educacional especializado na Educação Escolar Indígena deve assegurar a igualdade de condições para o acesso, permanência e conclusão com sucesso dos estudantes que demandam esse atendimento. Para efetivar essas condições faz-se necessária a ação conjunta e coordenada da família, da escola, dos sistemas de ensino e de outras instituições da área da saúde e do desenvolvimento social. (BRASIL, 2013, p. 390).

Com relação a identificação das necessidades educacionais especiais dos alunos indígenas com deficiência, nas diretrizes é sugerido que deve contar com a experiência dos professores indígenas, opinião da família, levar em consideração as questões culturais e também é necessário a escola contar com assessoria técnica especializada e apoio da equipe da Educação Especial em parceria com as instâncias administrativas da Educação Escolar Indígena dos sistemas de ensino (BRASIL, 2013).

Temos ainda o Plano Nacional de Educação (2014-2024) que estabelece na Meta 4: no item 4.3 “implantar, ao longo deste PNE, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo, indígenas e de comunidades quilombolas”. (BRASIL, 2014).

Como podemos observar a partir do ano de 2006 as políticas começaram a trazer em seus textos a preocupação com os alunos indígenas com deficiência. Atualmente podemos verificar o impacto dessas políticas no contexto das escolas indígenas, citamos o caso da nossa escola (Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha), nela temos sala de recursos multifuncional e contamos com a presença de professores com formação na área da Educação Especial.

2.2 – Educação de alunos indígenas com deficiência nas pesquisas

Ao realizar pesquisa bibliográfica podemos identificar a existências de estudos que abordaram a interface da Educação Especial com a Educação Escolar Indígena. Neste tópico apresentaremos seis estudos de diferentes regiões do Brasil e seus respectivos resultados sobre essa interface.

Estudo realizado por João Henrique da Silva e Marilda Moraes Garcia Bruno publicado no ano de 2016 e intitulado “A escolarização de indígenas com deficiência nas Aldeias Indígenas do Município de Dourados, MS”, teve como objetivo analisar os impasses, os obstáculos e os desafios para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e para a inclusão escolar. A pesquisa foi realizada nas escolas das aldeias Jaguapiru e Bororó do município de Dourados-MS com a etnia Guarani – Kaiowá. Os autores concluíram com o estudo que a escolarização dos indígenas com deficiência ainda não se articula à proposta da educação indígena intercultural com o propósito de prepará-los para viverem e participarem da cultura de suas comunidades.

No estudo desenvolvido por Michele Aparecida de Sá no ano de 2015 e intitulado “Educação e escolarização da criança indígena com deficiência em Terra Indígena Araribá”, teve como objetivo geral descrever, analisar e compreender a relação entre a educação especial e a educação escolar indígena na Terra Indígena de Araribá, no estado de São Paulo. A pesquisa foi realizada nas escolas das aldeias Nimuendajú e Tereguá, na Terra Indígena de Araribá em São Paulo. Ao final deste estudo a autora concluiu que se deve defender uma prática educativa para os alunos indígenas com e sem deficiência que seja questionadora, crítica e emancipadora, assegurada pela proposta da pedagogia Histórico-Crítica, a qual defende o acesso de todos ao patrimônio cultural humano historicamente desenvolvido. Acredita-se que por meio dessa teoria pedagógica crítica a escola indígena pode tornar-se um espaço onde os alunos, com e sem deficiência, possam se apropriar dos conhecimentos sistematizados e assumir também uma função para além da reprodução das relações sociais dominantes.

O estudo realizado por Luciana Regina Andrioli e Rosangela Célia Faustino, no ano de 2012, intitulado “Reflexões sobre o Atendimento Educacional Especializado aos Povos Indígenas”, apontou que os indígenas ainda são vistos pela sociedade dominante, como figuras estranhas, indefesas, estereotipadas, e folclorizados, também estão entre a parcela da população com a maior incidência de analfabetos, vivem em extrema pobreza e miséria. Tal situação agrava-se quando apresentam algum tipo de deficiência, e muitas vezes essas pessoas não recebem atendimento adequado. As autoras concluíram que as deficiências entre os indígenas, no Paraná, é uma realidade. Mas, na maioria das Terras Indígenas demarcadas no Estado, não é oferecido atendimento especializado e não há dados estatísticos específicos a respeito. A educação para todos, presente na legislação, caracteriza-se como um desafio à sociedade brasileira e paranaense, pois não levam em consideração as especificidades e o que está garantido nas leis e a realidade educacional

A deficiência não é um impedimento para a educação, implica apenas um modo diferenciado de desenvolvimento. A educação pode levar as pessoas com deficiência o pleno desenvolvimento das faculdades humanas

Estudo realizado por Darcimar Souza Rodrigues, no ano de 2014 e intitulado “A Educação inclusiva na Escola Indígena Ebenezer do povo Tikuna da comunidade de Filadélfia no município de Benjamin Constant – AM”, teve como foco estudar a questão da influência da educação inclusiva no contexto educativo indígena, na perspectiva de seu convívio social e práticas pedagógicas escolares alternativas. A pesquisa bibliográfica e documental ocorreu junto à Escola Ebenezer da Comunidade Indígena Tikuna de Filadélfia, município de Benjamin Constant, AM, por ser uma escola indígena e a mesma fazer parte de um município que tem adotado a educação inclusiva nas escolas regulares urbanas. Ao final desse estudo foi constatado que na Escola Municipal Indígena Ebenezer não há nenhum trabalho voltado à implantação da educação inclusiva. Mas tem-se percebido entre os alunos atitudes de solidariedade que caminham na direção da inclusão. No entanto, é importante ressaltar que para atender à diversidade de alunos, a escola e o município terão que ampliar a oferta de salas de recursos na zona rural, investir mais em formação continuada de docentes, de tal maneira que a proposta da educação inclusiva chegue efetivamente às escolas indígenas.

Estudo realizado pelo indígena Jessiá Braz Jesus, no ano de 2019 e intitulado “Educação Intercultural indígena e educação matemática: o percurso de um jovem surdo de etnia pataxó” teve como objetivo compreender como um aluno indígena surdo Pataxó aprende os conhecimentos tradicionais do seu povo, os saberes e os fazeres que circulam no território, bem como os conhecimentos previstos no currículo escolar, como é o caso da matemática. A pesquisa foi realizada na escola da aldeia Barra Velha no município de Porto Seguro – Bahia. Os resultados apontam a presença de desafios para a inserção do aluno indígena surdo na educação formal e indicam uma forte relação do sujeito com o território, como campo de conhecimento e práticas, o que evidencia a necessidade de uma maior articulação dessas duas dimensões educacionais.

Estudo realizado por Geisa Cristina Batista, Maria da Piedade Resende da Costa e Fátima Elisabeth Denari, no ano de 2020, intitulado “Ações de Políticas Públicas da Educação Especial nas Escolas Indígenas Acreanas”, teve como objetivo principal identificar como ocorriam as inter-relações entre a Educação Especial e a Educação Escolar Indígena, nas ações de políticas públicas do Acre. A pesquisa foi qualitativa, do

tipo exploratória, com abordagem de análise por meio do ciclo de políticas. Participaram do estudo três gestores estaduais. As autoras concluíram que as inter-relações entre a Educação Especial e a Educação Escolar Indígena estavam em processo inicial, devido à mudança de Governo. Para futuras pesquisas, as autoras sugeriram que é necessário de um lado investigar as formas apropriadas de como implantar um Sistema de Ensino específico para escolas indígenas, já que consta essa possibilidade na legislação nacional e, de outro lado, analisar os projetos políticos pedagógicos para identificar possíveis ações de Educação Especial.

CAPÍTULO III

A Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha e a educação de alunos indígenas com deficiência

Neste capítulo irei apresentar os alunos público-alvo da Educação Especial e também os alunos com transtorno de aprendizagem que estão matriculados na Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha, apresento suas deficiências e os acompanhamentos educacionais realizados na Sala de Recursos Multifuncionais.

3.1 Apresentação dos alunos público-alvo da educação especial e alunos com transtornos de aprendizagem

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva Inclusiva (BRASIL, 2008) fazem parte do público-alvo da Educação Especial os alunos com deficiência (física, visual, auditiva e intelectual), transtornos globais de desenvolvimento que corresponde aos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades/superdotação. Por sua vez o transtorno de aprendizagem corresponde aos alunos com problemas de leitura, matemática, ortografia, expressões escritas ou manuscritas, compreensão ou uso da linguagem verbal ou não verbal, sendo os mais conhecidos: Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH) e distúrbios de aprendizagem (dislexia, disgrafia etc.). Neste estudo vamos nos referir aos alunos com transtorno de aprendizagem como sendo os alunos com necessidades educacionais especiais (NEE).

Na Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha atualmente tem 20 alunos público-alvo da Educação Especial e oito alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) matriculados no ensino fundamental e médio. Os alunos passam por atendimentos psicológico, psiquiátrico, neurológico e oftalmológico que o município de Santa Cruz Cabrália-BA oferece por meio da Secretaria de Saúde de acordo cada necessidade. Na tabela 1 apresento a quantidade de alunos com deficiências e NEE.

Tabela 1 – Alunos público-alvo da Educação Especial e com NEE na Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha

TIPO DE DEFICIÊNCIA OU NEE	SEXO		TOTAL
	M	F	
Cego	0	0	0
Baixa visão	0	0	0
Def. Auditiva	0	0	0
Surdez	0	1	1
Def. Física	3	0	3
Def. Intelectual	3	5	8
TEA	3	1	4
Síndrome de Down	1	1	2
Def. Múltipla	1	1	2
TDAH	3	1	4
Transtorno de aprendizagem	2	1	3
Transtorno de Humor	0	1	1
TOTAL GERAL	16	12	28

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados na pesquisa.

Na Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha, temos o total de 28 alunos com deficiência e NEE, sendo 20 alunos público-alvo da educação especial e 08 alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Dentre esses alunos, o número maior é do sexo masculino com um total de 16 alunos e o menor número é do sexo feminino com um total de 12 alunas. A deficiência mais presente entre esses alunos é a deficiência Intelectual, pois temos o total de 8 alunos. O TDAH e o TEA têm o segundo maior número de alunos com um total de 4 alunos cada um. A deficiência com menor número de alunos é a surdez, pois temos uma única aluna. Todos esses alunos passam pela sala de recursos multifuncionais e recebem atendimento psicólogo.

Quadro 1. Alunos indígenas público-alvo da Educação Especial ou NEE por idade, ano escolar e AEE

Aluno(a)	Tipo de deficiência ou NEE	Idade	Ano escolar		Recebe AEE
			E.F	E.M	
Adrine	Def. intelectual	13	5		Sim
Wandersson	Def. intelectual	16	2		Sim
Vinicius	Def. intelectual	14	6		Sim
Deivid	Def. intelectual	18	9		Sim
Ana Claudia	Def. intelectual	12	6		Sim

Fernanda	Def. intelectual	10	3		Sim
Layse	Def. intelectual	20	7		Não
Evanielle	Def. intelectual	20	9		Sim
Arthur	Autismo	8	1		Sim
Laryssa	Autismo	12	4		Sim
Pablo	Autismo	20	7		Sim
Jhonatan	Autismo	8	2		Sim
Karina	Surdez	25		2	Sim
Luciane	Síndrome de Down	24	7		Sim
Bismark	Síndrome de Down	24		1	sim
Wesley	Def. Física	16	4		Sim
Davi	Def. Física	13	6		Sim
Cássio	Def. Física	13	6		Sim
Andreza	Def. múltipla	24	7		Sim
Kauã	Def. múltipla	12	5		sim
Samuel	TDAH	12	6		sim
Luiz Eduardo	TDAH	22	6		Sim
Silas	TDAH	8	2		Sim
Laura	TDAH	18	5		sim
Luciano	Transtorno de aprendizagem	12	5		Sim
Kauane	Transtorno de aprendizagem	12	5		Sim
Rafael	Transtorno de aprendizagem	11	3		Sim
Lorilane	Transtorno de Humor	11	4		Sim

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados na pesquisa.

A faixa etária dos alunos com deficiência e NEE da Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha é de 08 anos de idade a 24 anos. Dos 28 alunos com deficiência e NEE, 25 estão cursando o Ensino Fundamental, 1 aluna está na Educação Jovens e Adultos (EJA) e tem a deficiência Intelectual e 02 alunos estão cursando o Ensino Médio.

De acordo com a minha pesquisa na escola indígena, temos um total de 08 alunos com deficiência intelectual, sendo que 05 são do sexo feminino e 03 do sexo masculino, não são todos que cursam o ano de acordo a sua idade, muitos estão com a idade/série defasada, muitos desistem durante o ano letivo esses acabam ficando atrasados, temos uma aluna que frequenta a EJA, Layse está com 20 anos de idade.

Desses alunos, 7 recebem Atendimento Educacional Especial, 01 não recebe pois estuda durante a noite e não tem esse atendimento.

Com relação ao Transtorno do Espectro Autista (TEA), temos 04 alunos na escola, sendo que 03 são do sexo masculino e 01 do sexo feminino. Arthur e Jhonatan tem 8 anos de idade um está cursando 1º ano e o outro 2ºano do ensino fundamental I, Laryssa tem 12 anos de idade e está no 4ºano, e Pablo está com 20 anos e ainda está no 7º ano, ele está defasado. Todos recebem o Atendimento Especializado Especial na sala de recursos multifuncional.

Na escola temos apenas uma aluna com surdez, ela tem 25 anos de idade e frequenta o segundo ano do Ensino Médio. Durante as aulas ela tem o apoio de uma profissional que não é indígena e ajuda a fazer a tradução e facilita a comunicação, mas ela sempre conseguiu se comunicar com os professores indígenas da maneira dela. Atualmente recebe o Atendimento Especializado Especial na sala de recursos multifuncional.

No caso da Síndrome de Down, temos o total de 02 alunos, sendo 1 do sexo masculino e outro do sexo feminino. O aluno está cursando o ensino médio e a aluna está um pouco atrasada pelo fato de ter desistido algumas vezes da escola. Ambos recebem Atendimento Especializado Especial na sala de recursos multifuncional.

No que se refere à deficiência física, temos um total de 03 alunos do sexo masculino. Cassio e Davi estão com 13 anos de idade e ambos estão no 6ºano, já Wesley está com 16 anos no 4ºano ele está com a idade defasada. Por terem este tipo de deficiência possuem o auxílio de um profissional de apoio para ajudá-los no deslocamento, atividades que precisa de apoio, nas atividades passadas pelos professores e nas higienes pessoais dos alunos. Atualmente todos os alunos recebem o Atendimento Especializado Especial na sala de recursos multifuncional.

Com relação à deficiência múltipla, na escola tem um total de 02 alunos, sendo que 01 é do sexo masculino e o outro do sexo feminino. Kauã está com 12 anos e cursa o 5º ano, já Andreza está com 24 anos cursando o 7ºano, ela está com a idade defasada, porque sempre desiste de frequentar a escola. Os dois recebem Atendimento Especializado Especial na sala de recursos multifuncional.

No caso das NEE, especificamente o TDAH, temos o total de 04 alunos, sendo que 03 são do sexo masculino e 01 do sexo feminino. Samuel está com 12 anos e cursa o 6º ano, Luiz Eduardo está com 24 anos e também está no 6º ano ele está defasado, Laura também está defasada pois tem 18 anos e está no 5º ano e Silas está com 8 anos

no 2ºano, do ensino fundamental. Todos recebem atendimento especializado especial na sala de recursos multifuncional.

No caso do Transtorno de Aprendizagem, a escola possui um total de 03 alunos, sendo que 02 são do sexo masculino e 01 do sexo feminino. Kauane e Luciano têm 12 anos de idade e ambos estão cursando o 5º ano, Rafael está com 11 anos cursando o 3º ano do ensino fundamental. Todos os alunos possuem o apoio de professores que dão aulas de reforço na sala de recursos multifuncional e também recebem atendimento especializado especial. Na escola também tem uma aluna com Transtorno de Humor, ela cursa o 4º ano do ensino fundamental e tem 11 anos de idade. Atualmente recebe Atendimento Especializado Especial na sala de recurso multifuncional.

Apesar do Atendimento Educacional Especializado não ser garantido pela legislação vigente para os alunos com TDAH, Transtorno de Aprendizagem e Transtorno de Humor, esse público recebe o AEE na sala de recursos da escola indígena, fato este que demonstra avanço do processo de inclusão escolar na escola quando comparada as escolas não indígenas.

3.2 Atendimento escolar aos alunos público-alvo da Educação Especial e com NEE

O atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, na Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha, teve início no ano de 2010, dois anos após criação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva Inclusiva (BRASIL, 2008) e no ano em que foi fechada a Associação de Pais e Amigos Excepcionais (APAE) do município de Santa Cruz Cabrália. A partir do momento que está instituição foi fechada abriu a possibilidade para que os alunos com deficiência fossem matriculados na escola regular.

E importante salientar que bem antes desse fechamento a escola indígena já era aberta para atender esse público, porém com o crescimento dessa demanda foi criado a sala do AEE junto ao espaço da diretoria, enquanto organizava-se uma sala para atender os alunos.

Hoje os alunos da nossa comunidade têm a oportunidade de estudar na sala regular e também ter o acompanhamento especializado no turno oposto, esse atendimento tem início na sala regular, o professor procura conhecer o aluno e seus familiares, para daí em diante ser encaminhado para avaliação diagnóstica, inicia-se o

trabalho em sala de aula, observando quais necessidades educativas que o aluno apresenta para poder organizar juntos com demais profissionais o planejamento adaptado para esse aluno, junto com o professor da sala de recursos multifuncionais. Dessa forma, é trabalhado no AEE as especificidade de cada educando, adaptando as atividades e dando continuidade no processo de alfabetização, estímulos, desenvolvimentos de suas habilidades e autonomia integrando ele ao meio social que é o que almejamos.

Os alunos que são encaminhados para sala de recurso primeiro passam por uma avaliação psicológica realizada pela psicóloga do município que atende na escola. Após serem avaliados são encaminhados para Sala de Recursos Multifuncionais. O trabalho do AEE é feito no turno oposto da sala regular, esse atendimento é realizado com o objetivo de dar apoio pedagógico e estimular, desenvolver as habilidades que o aluno apresenta e que não foram desenvolvidas.

Para desenvolver o trabalho com os alunos a professora utiliza jogos pedagógicos feitos com materiais reciclados e outros que foi doação que a escola recebeu, adaptando as aulas de acordo com o planejamento individualizado do aluno. Nas figuras a seguir apresento alguns recursos e atividades da sala de recursos.



Figura 6: Caixa musical, boliche, sementes, caixa alfabética, número e quantidades.
Fonte: Ana Clara,2021



Figura 7: Chocalhos sensoriais.

Fonte: Ana Clara, 2021



Figura 8: Jogo de adição e subtração com palitos de picolé.

Fonte: Ana Clara, 2021

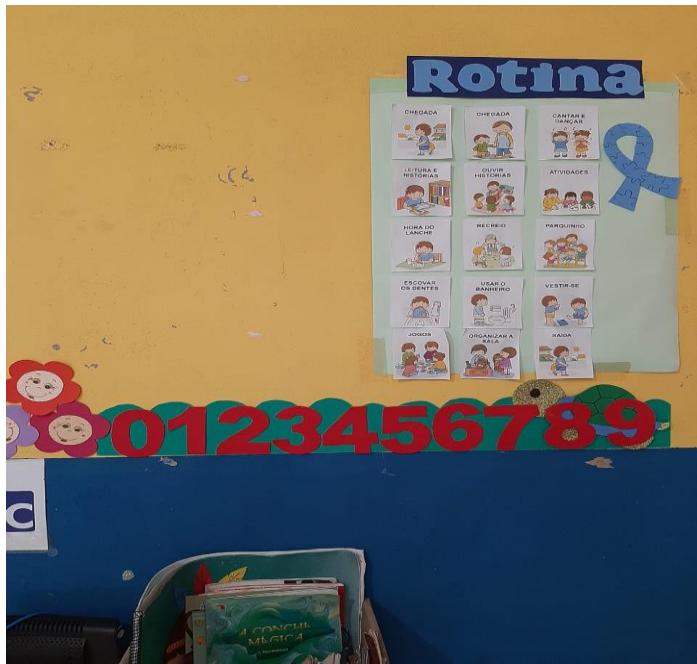


Figura 9: Rotina diária e numerais.

Fonte: Ana Clara, 2021



Figura 10: Rotina diária e numerais.

Fonte: Ana Clara, 2021



Figura 11: Formação de palavras com imagens, na cartela de ovos.

Fonte: Ana Clara,2021

Até o momento estamos aguardando a liberação do recurso de acessibilidade do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) para a compra de materiais adaptados e suas tecnologias assistivas. Enquanto isso, nosso trabalho vem sendo com esses materiais de sucata, sementes e reaproveitamentos de outros materiais que não são mais utilizados, dessa forma podemos reciclar e proteger o meio ambiente, apesar de sentirmos a falta e necessidade de desenvolver um melhor atendimento, com a falta desses materiais específicos para atender cada especificidade que o aluno apresenta.

Hoje estamos também dando início ao processo de organização e elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI), esse instrumento irá proporcionar um trabalho colaborativo entre toda a comunidade escolar e seus familiares, de forma que as pessoas com deficiência possa fazer parte de todo contexto educacional diverso que vivemos no âmbito escolar, valorizando e oportunizando essas pessoas a superar todas as barreiras e obstáculos vividos nessa sociedade e preparando para o mundo com equidade, autonomia e humano.

Para acompanhar os alunos com deficiência na escola, temos uma professora indígena com formação em Normal Superior, Gestão e Supervisão Escolar, ela fez alguns cursos para trabalhar com esses alunos sendo um deles ofertado pela prefeitura que foi o de LIBRAS I e II, e o outro curso que ela fez foi particular, uma Especialização em Educação Infantil e Educação Especial e Inclusiva. Ela com muito amor faz o seu trabalho de maneira que possa estar incluindo todas essas crianças que

precisam de um profissional que se preocupe, conheça e estimule seu desenvolvimento e saiba dialogar e entender as demandas delas, passando assim segurança para que estejam sempre voltando a escola em harmonia com os demais colegas.

3.3 Apontamentos sobre a proposta da educação especial para os alunos com deficiência na Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha

A proposta pedagógica da educação especial para os alunos com deficiência da Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha acontece em consonância e parceria com a família, professores e toda comunidade escolar. Com isso, podemos traçar os objetivos que pretendemos alcançar para aquele aluno com necessidades educativas especiais, com a organização do seu próprio PDI. Com esse trabalho podemos juntos oportunizar ao educando a se desenvolver diante das suas necessidades e ter um aprendizado significativo no desenvolvimento de suas habilidades e autonomia, incluindo assim no meio socioeducacional, tornando nossa escola cada vez mais inclusiva, que possa garantir o aprendizado para todos.

Deste modo, em nossa proposta de trabalho, os alunos público-alvo da educação especial são incluídos em todas as atividades educacionais que são realizadas nos projetos pedagógicos da escola, ou seja: jogos indígenas, danças, cânticos, passeios extraclasse, oficinas de materiais pedagógicos, gincanas, apresentações culturais e toda diversidade temática que faz parte da nossa proposta de trabalho. Para isso torna-se necessário que tenhamos a garantia das políticas públicas da Educação Especial e Inclusiva como estabelecido na Constituição Federal de 1988.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os dados apresentados neste estudo, podemos observar que a Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha atende os alunos público-alvo da Educação Especial e com NEE da comunidade. Nos últimos anos os responsáveis legais pelas crianças, jovens e adultos com necessidades especiais, estão procurando a escola para matricular esses alunos. No ato da matrícula os responsáveis levam o laudo e especifica as demandas de seus filhos e relata suas necessidades especiais para a professora responsável por eles, para ela agendar com os profissionais da saúde consultas e conversas, para que possa atender esses alunos da melhor forma e com os métodos certos.

Os alunos com deficiência e NEE da Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha, recebem o Atendimento Especializado Especial na sala de recursos multifuncional com a professora indígena Rosenete, pois ela é responsável pela sala. De acordo com a minha pesquisa, esses atendimentos são agendados e feito 2 vezes na semana, e os responsáveis pelos alunos acompanham uma parte dos atendimentos. Além do AEE os alunos também recebem atendimento psicológico, psiquiátrico, neurológico e oftalmológico.

Cabe destacar que a professora responsável pelo AEE é indígena e isso faz diferença para o atendimento dos alunos, pois ela como membro da comunidade conhece nossa cultura e costumes. Ela trabalha com muita dedicação para atender as demandas de todos os alunos com deficiência da Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha, pois é uma grande responsabilidade, pelo fato da escola ser uma das maiores do município de Santa Cruz Cabrália- BA. É gratificante ver a forma com que ela se dedica e ensina esses alunos, seu amor pelo que faz sempre com um sorriso no rosto, e sempre pesquisando e buscando melhorar o seu fazer profissional. Ela produz os jogos de vários tipos para ensinar os alunos com o objetivo que aprendam brincando e eles apreendem se divertindo.

Pelo fato dos alunos terem as suas necessidades atendidas, isso faz com que eles sempre estejam na escola, nas salas regulares, junto com outros colegas. Nos momentos do AWE (ritual de dançar e cantar) estão sempre todos juntos em uma só sintonia.

Os pontos positivos da inclusão na Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha são o respeito que os profissionais têm por esses alunos, o respeito e carinho de seus

colegas, a forma com que as atividades são pensadas para que eles possam participar em igualdade e não se sentirem inferiorizados. O que precisa melhorar não é tanto a educação no espaço, mas sim a estrutura do prédio, pois não é adaptada para algumas necessidades dos alunos, e a sala do AEE funciona no mesmo espaço da biblioteca, não tem uma sala exclusiva para o atendimento desses alunos, a sala do AEE ainda funciona em espaço improvisado para atendê-los. Falta investimento financeiro do município para liberar a verba para construir um espaço exclusivo para a sala e comprar equipamentos e recursos pedagógicos para realizar o AEE.

A interface da Educação Escolar Indígena com a Educação Especial contribui para a participação igualitária dos alunos com deficiência e NEE nos movimentos, nas atividades extracurriculares, nas festividades da aldeia como jogos indígenas dentre outras, na escola eles apresentam projetos, cantam, dançam e são muito participativos, se desenvolvem bem na cultura e com sua própria identidade e os professores indígenas estão sempre buscando formas para que eles se sintam cada vez mais acolhidos e atuantes na comunidade.

Salientamos a importância da inclusão de todos os alunos independente das suas características físicas, sensoriais e intelectuais no contexto pluricultural e específico da nossa comunidade e comunidade escolar, pois por meio da inclusão é possível garantir a participação efetiva todos e todas na nossa diversidade cultural.

REFERÊNCIAS

ANDRIOLI, Luciana Regina e FAUSTINO, Rosangela Célia. Reflexões sobre o atendimento educacional especializado aos povos indígenas. In: Anais do Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, 2012. Disponível em http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2012/trabalhos/co_01/004.pdf. Acesso em 05/08/2021

BATISTA, Geisa Cristina, COSTA, Maria da Piedade Resende e DENARI, Fátima Elisabeth (2020). Ações de políticas públicas da educação especial nas escolas indígenas acreanas. *Revista Educação Especial*, 33, e31/ 1-23. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/42075/html>. Acesso em 05/08/2021

BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília DF: Senado, 1999.

_____. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n. 248, 23 de dez. 1996.

_____. Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. Dispõe sobre Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF, 2008.

_____. Ministério de Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para as escolas indígenas. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena. Brasília, DF: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n. 248, 23 de dez. 1996.

_____. Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em: <<http://www.observatoriopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>>. Acessado em: 02 abr. 2018.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico 2010. Brasília: IBGE, 2010.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena. Brasília, DF: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre necessidades educacionais especiais. Tradução: Edílson Alkmim da Cunha. 2. ed - Brasília: CORDE, 1997.

_____. Decreto 6949, de 25 de agosto de 2009. Disponível em: . Acesso em: 03 jul. 2018.

FERREIRA, Ademario Braz e SANTOS, Jelevaldo Silva. Educação ambiental e sustentabilidade na área escolar da aldeia pataxó de Coroa Vermelha. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena na área Ciências da Vida e Natureza) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2019. Disponível em <https://www.biblio.fae.ufmg.br/monografias/2019/TCC-AdemarioJelevaldo.pdf>. Acesso em

JESUS, Jessiá Braz de, RAHME, Mônica Maria Farid e FERRARI, Ana Carolina Machado. Educação intercultural indígena e educação matemática: o percurso de um jovem surdo de etnia Pataxó. Revista do Programa de Pós- graduação em Educação Matemática da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Volume 11, número 27– 2018. Disponível em <https://periodicos.ufms.br/index.php/pedmat/article/view/7248/5511>. Acesso em 05/08/2021

POVO PATAXÓ. Inventário Cultural Pataxó: tradições do povo Pataxó do Extremo Sul da Bahia. Bahia: Atxohã / Instituto Tribos Jovens (ITJ), 2011. Disponível em <http://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/invent%C3%A1rio%20cultural%20patax%C3%B3.pdf>. Acesso em 05/08/2021

RODRIGUES, Darcimar Souza. A Educação inclusiva na escola indígena Ebenezer do povo Tikuna da comunidade Filadélfia no município de Benjamin Constant– AM. Dissertação (Mestrado profissional em Teologia) - Escola Superior de Teologia de São Leopoldo, 2014. Disponível em http://dspace.est.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/BR-SIFE/483/rodrigues_ds_tmp343.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 05/08/2021

SÁ, Michele Aparecida de. Educação e escolarização da criança indígena com deficiência em terra indígena Araribá. Tese (Doutorado em Educação Especial) - UFSCAR. 2015. Disponível em <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2935/6702.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 05/08/2021

SÁ, Michele Aparecida de e CAIADO, Katia Regina Moreno. Educação Especial na Educação Escolar Indígena: contribuições da pesquisadora Marilda Moraes Garcia Bruno. Interfaces da Educ., Paranaíba, v.9, n.27, p. 399-417, 2018. Disponível em <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/3132/2636>. Acesso em 05/08/2021

SILVA, João Henrique e BRUNO, Marilda Moraes Garcia. Escolarização de indígenas com deficiência nas aldeias de Dourados - MS Comunicações Piracicaba v. 23 n. 3 Número Especial p. 241-258 2016. Disponível em <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/comunicacoes/article/view/2641/1854>. Acesso em 05/08/2021